



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Moção de Rejeição

do Programa do XX Governo Constitucional

1. O XX Governo Constitucional não tem legitimidade política nem constitucional.

A coligação PSD/CDS perdeu as eleições de 4 de outubro. De facto a votação obtida traduziu-se na perda de mais de 700 mil votos (tendo a coligação no seu conjunto ficado abaixo da votação que o PSD sozinho havia obtido em 2011), na redução de 12 pontos percentuais (passando de 50,3% para 38,5%) e na perda de 25 deputados, o que corresponde à segunda votação mais baixa de sempre destes dois partidos.

A perda da maioria absoluta da coligação PSD/CDS reflete uma clara condenação do povo português à política prosseguida nos últimos quatro anos pelo seu Governo. A maioria absoluta da Assembleia da República passou a ser detida pelos partidos que, no seu conjunto, afirmaram a sua oposição à continuidade das políticas levadas a cabo pelo XIX Governo Constitucional e que, após as eleições, afirmaram a sua disposição de assegurar uma outra solução governativa.

O que dispõe a Constituição acerca da nomeação do Governo é que o Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais (artigo 187.º, n.º 1). Não existe qualquer disposição constitucional que determine que o Primeiro-Ministro deve ser o líder do partido mais votado e da audição dos partidos políticos, tendo em conta as declarações de todos, resultou com toda a clareza uma disposição da maioria da Assembleia da República em rejeitar qualquer Governo proposto pelo Presidente do PSD e em assegurar uma outra solução governativa.

A nomeação do Presidente do PSD como Primeiro-Ministro e a posse do XX Governo Constitucional representa uma perda de tempo para o país e uma tentativa derradeira,

que se espera inglória, de manter a todo o custo o PSD e o CDS-PP à frente do Governo.

2. O XX Governo Constitucional representa a continuidade das políticas de desastre nacional realizadas nos últimos anos.

Não obstante as operações de cosmética para consumo da campanha eleitoral, com que o PSD e o CDS, secundados por uma prestimosa campanha mediática, procuraram convencer os portugueses de que a crise tinha sido ultrapassada e que os próximos quatro anos seriam diferentes dos últimos, poucos dias passaram sobre as eleições legislativas e já começam a vir ao de cima dados concretos que desmascaram essa mistificação.

De nada adianta que venham agora os membros do Governo recém-empossado, em desespero de causa e perante a certeza da rejeição do seu Programa, agir como se estivessem em campanha eleitoral e prometer agora o que sempre rejeitaram no passado, quanto a salários, reformas e pensões, impostos ou prestações sociais. Tais promessas não escondem que o Governo que agora se apresenta perante a Assembleia da República não passa de uma versão mal remendada do anterior e que, a manter-se, daria continuidade às políticas que os portugueses expressivamente derrotaram.

3. O Governo PSD/CDS, submeteu Portugal a uma política e a opções subordinadas aos interesses do capital monopolista que conduziu ao declínio económico, ao retrocesso social e à dependência, acompanhados no plano político pelo empobrecimento do regime democrático e pelo confronto sistemático com a Constituição da República.

A realidade com que o país se confronta é marcada por níveis dramáticos de desemprego e de pobreza, por gritantes e crescentes desigualdades sociais, pela negação a milhões de portugueses de condições de vida dignas e de realização dos seus projetos pessoais e profissionais. A situação para que o país foi conduzido é em si mesma a confirmação de que a insistência nessa política de exploração, empobrecimento e injustiças, só poderia levar ao ainda maior agravamento dos problemas nacionais.

Não é com a insistência nas políticas que conduziram Portugal para o abismo económico e social que se inverterá o caminho para o desastre. A solução dos problemas do país exige a rutura com a política de direita e a construção de uma política alternativa, assente no crescimento económico e no emprego, na valorização dos trabalhadores e dos seus rendimentos, na recuperação para o país dos seus recursos e sectores estratégicos, na defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e na afirmação do direito de Portugal a um desenvolvimento soberano, ou seja, exige um Governo que afirme o primado dos interesses nacionais e que coloque em primeiro lugar os direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo.

4. Ignorando os graves problemas estruturais do País que persistem, insistindo na ideia falsa de que as suas políticas conduziram a um caminho de recuperação económica, repetindo proclamações vazias quanto à resolução de problemas sociais como o desemprego ou a pobreza e procurando iludir as crescentes dificuldades que atingem os trabalhadores e o povo, o que o Governo PSD/CDS apresenta é a perspectiva de continuidade e intensificação da política com que agravou a exploração e o empobrecimento, aprofundou as injustiças e desigualdades e impôs a degradação do regime democrático.

O Programa do XX Governo Constitucional confirma as muito fortes razões apontadas pelo PCP para a sua rejeição e para que seja evitada a sua entrada em plenitude de funções.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 192.º da Constituição, o Grupo Parlamentar do PCP propõe a rejeição do Programa do XX Governo Constitucional.

Assembleia da República, 10 de novembro de 2015

Os Deputados,

Jerónimo de Sousa

João Filipe
António Filipe

Paulo Fajtas
Francisco José



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Manuel

Luís Marques

Paulo

João Ribeiro

Rita Rebelo

Luís Z. V.

Zumbado

Janeferreira

Ana Virgínia C. P.

Colle Reid